



Coren^{ES}
Conselho Regional de Enfermagem do Espírito Santo

Filiado ao Conselho Internacional de Enfermagem – Genebra

1

**RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DO
PLANO PLURIANUAL 2019/2021
(3º Quadrimestre/2021)**

**Vitória
2021**

Sede – Rua Alberto de Oliveira Santos, 42, sala 1116 – Ed. AMES – Centro – Vitória/ES – 29010-901 – Tel.: (27) 3223-7768 / 3222-2930
Subseção São Mateus – Rua João Bento Silveiras, 214, loja 03 – Centro – 29.930-020 – Tel.: (27) 3763-1447
Subseção Cachoeiro de Itapemirim – Praça Jerônimo Monteiro, 67, sala 401/402, Ed. Max – Centro – 29.300-170 – Tel.: (28) 3522-4823
Subseção Colatina – Avenida Getúlio Vargas, 500, Ed. Colatina Shopping, sala 108 – Centro – 29.700-010 – Tel.: (27) 3721-5802
Subseção Linhares – Avenida Presidente Getúlio Vargas, 1220, sala 406, T. A., Condomínio Laguna Center – Centro – 29.901-212 – Tel.: (27) 3371-7453

Site: www.coren-es.org.br – E-mail: coren-es@coren-es.org.br – CNPJ 08.332.733/0001-35



Sumário

1. APRESENTAÇÃO.....	3
2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.....	3
3. CICLO DE GESTÃO DO PLANO.....	5
4. ANÁLISE DO PPA DO COREN-ES.....	6
5. METODOLOGIA DE MONITORAMENTO.....	7
5.1. Da análise do PPA 2019-2021.....	7
5.2. Da análise do PPA – Exercício 2021 – 3º Quadrimestre	9
6. CONCLUSÃO.....	17



1. APRESENTAÇÃO

O PPA (Plano Plurianual) é o instrumento que explicita, de forma detalhada, a programação da Administração, comprometida com a geração de resultados e com o alcance das iniciativas. Na qualidade de instrumento definido pela Constituição Federal de 1988, em seu art. 165, o PPA sintetiza o esforço da Administração em planejar sua situação.

A Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), ao estabelecer a compatibilização da LOA (Lei do Orçamento) com o PPA e a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), destaca a importância da ação planejada e transparente como pressuposto de uma gestão fiscal responsável. Assim sendo, o PPA apoiado na legislação vigente, busca evidenciar a necessidade do planejamento como base de uma gestão orientada para resultados.

O PPA é o instrumento de planejamento que estabelece as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada, conforme o disposto no art. 165 da CF/88. O PPA declara as escolhas e contribui para viabilizar os objetivos fundamentais da organização. Além disso, organiza a ação na busca de um melhor desempenho da Administração Pública.

O presente relatório pauta-se no acompanhamento do PPA 2019-2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A Constituição Federal de 1988 determina o seguinte:

“Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - o plano plurianual;

II - as diretrizes orçamentárias;

III - os orçamentos anuais.



§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.”

A Resolução Cofen n.º 503/2016 estabelece:

“**Art. 1º** As autarquias integrantes do Sistema Cofen/Conselhos Regionais deverão efetuar até o dia 30 (trinta) de junho do ano de posse da nova diretoria o Plano Plurianual para um período de 03 (três) anos, com início de vigência em 1º (primeiro) de janeiro do ano seguinte, que estabeleça as medidas, gastos e objetivos a serem seguidos, com identificação clara dos objetivos e prioridades do Plenário e que auxiliarão a proposição do orçamento anual.

§1º As autarquias que não possuem o Plano Plurianual aprovado, deverão elaborá-lo proporcionalmente, do período atual até o ano posterior ao final do mandato.

§2º Deverá constar no Plano Plurianual a identificação das áreas gestoras responsáveis pelos programas e cada responsável pelas ações;

§3º Caberá à Presidência designar área técnica que acompanhará, junto às áreas gestoras e responsáveis, a execução das metas estabelecidas;

§4º A Controladoria-Geral de cada autarquia avaliará, quadrimestralmente, a execução do Plano Plurianual apresentando à diretoria da autarquia, relatório com a avaliação das metas e atual situação de cada programa e ação.”

A Lei Complementar n.º 101/2000 (LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal), em seus arts. 5º e 16, cria vínculos específicos de integração do Plano com a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e a LOA (Lei do Orçamento Anual):

“Art. 5º O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:

(...)



Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

(...)

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.”

A aprovação do PPA 2019-2021 ocorreu na Reunião Ordinária de Plenário n.º 414 realizada no dia 24 de outubro de 2018.

3. CICLO DE GESTÃO DO PLANO

O Ciclo de Gestão do PPA é composto pelas etapas de elaboração, execução, monitoramento, avaliação e revisão dos Programas.

O PPA deve orientar as ações da Administração e devem ser compatíveis com os demais instrumentos de planejamento (Lei Orçamentária Anual – LOA).

A elaboração do PPA se deu de maneira participativa, pois em 2018 foi realizada oficina de planejamento estratégico, com a participação dos colaboradores do Conselho, onde foram levantadas sugestões das iniciativas estratégicas.

Resumindo, na elaboração do plano plurianual temos as seguintes fases distintas:

- Análise dos recursos disponíveis;
- Levantamento e análise de ações em andamento;
- Definição de diretrizes e objetivos;
- Identificação dos programas, metas e ações;
- Determinação dos custos das ações e programas;
- Validação dos programas face aos recursos disponíveis;
- Estabelecimento da escala de prioridades;
- Identificação dos agentes encarregados de gerenciar os programas.



4. ANÁLISE DO PPA DO COREN-ES

O PPA abrange um período de gestão do Coren-ES, o qual tem duração de três anos. Os conselheiros que assumem a gestão do Coren-ES iniciam seu período de mandato com o primeiro ano já planejado pela gestão anterior, e então planejam os próximos três anos, dos quais os dois primeiros são para si e o último é para a próxima gestão.

Os Objetivos Estratégicos expressam os desafios da instituição em cada uma das perspectivas. Ao construir o Mapa Estratégico com esses objetivos, entende-se que os desafios ali presentes, se alcançados, serão suficientes para a concretização da Visão de Futuro e Missão.

A figura abaixo apresenta a Metodologia de Planejamento Estratégico do Coren-ES, a qual é o desdobramento sucessivo do Planejamento Estratégico Institucional em uma visão macro até a sua execução operacional micro que culmina na gestão dos contratos.



As Iniciativas Estratégicas listadas no PPA configuram-se no PEI do Coren-ES, o qual, após a sua confecção, é separado por departamento que será responsável pela execução. Este grupo de Iniciativas Estratégicas agrupadas por departamento dá origem ao Planejamento Estratégico Setorial (PES). Neste momento, o departamento pode sugerir novas iniciativas setoriais e submetê-las a deliberação do Plenário do Coren-ES, que pode autorizá-las ou não.



Para realizar o comando e controle do PEI é constituída a Linha Gerencial de cada Iniciativa Estratégica que possui como integrantes o Conselheiro-Presidente, os Chefes de Departamentos ou Assessorias e a Controladoria. Esta equipe tem como atribuição acompanhar a execução das Iniciativas Estratégicas e verificar o que é necessário para o seu êxito. Também realiza a orientação do Gestor do Projeto para a elaboração do respectivo Plano de Ação que dará origem ao projeto e a coleta de dados para alimentar os indicadores do BSC.

Os projetos se materializam no Coren-ES por meio de Processo Administrativo (PAD), o qual guarda todo o histórico da iniciativa que está se realizando: documentos de solicitação de abertura de PAD, autorização, portarias de nomeação de integrantes do projeto, projeto/termo de referência, contrato, controle de pagamentos e, por fim, encerramento.

A Controladoria é a responsável para controlar periodicamente o andamento do PPA, onde os responsáveis pelas iniciativas atualizam as informações conforme o andamento do rito processual interno até sua finalização.

5. METODOLOGIA DE MONITORAMENTO

As análises efetuadas pela Controladoria Geral do Coren-ES pautam-se na execução das Iniciativas Estratégicas em seus respectivos exercícios, informando o real “status” - Não Inicializado (N), Inicializado (I), Finalizado (F) ou Cancelado (C) –, além de apontar as perspectivas, objetivos estratégicos, responsável, departamento e acompanhamento da execução. Dependendo do projeto a ser elaborado, alguns passos podem ser ignorados.

5.1. Da análise do PPA 2019-2021

Nota-se que o Coren-ES estruturou seu planejamento em 156 Iniciativas Estratégicas inseridas em 20 Objetivos Estratégicos – OE e estes em 06 perspectivas para o triênio 2019-2021.



Perspectivas	Qtde	%
Aprendizado e Crescimento	17	10,90%
Processos Internos	74	47,44%
Administração Pública	5	3,21%
Relações Institucionais	23	14,74%
Enfermagem/Sociedade	25	16,03%
Orçamentária	12	7,69%
TOTAL	156	100,00%

Quanto às perspectivas, verifica-se que o Coren-ES estabeleceu um maior percentual nos “**Processos Internos**”, com 47,44% das iniciativas que tem o PPA.

No quadro abaixo seguem as Perspectivas e seus respectivos Objetivos Estratégicos.

Perspectiva: Aprendizado e Crescimento
Objetivo Estratégico: OE1 – Promover o desenvolvimento de competências dos trabalhadores do Conselho Regional.
Objetivo Estratégico: OE2 - Promover estudos, campanhas, eventos técnico-científicos e culturais para aperfeiçoamento e desenvolvimento dos profissionais de enfermagem.
Objetivo Estratégico: OE3 – Contribuir com a qualidade da formação em enfermagem.
Perspectiva: Processos Internos
Objetivo Estratégico: OE4 – Manter o registro e cadastro de profissionais de enfermagem e de empresas com atividade fim de serviços de enfermagem.
Objetivo Estratégico: OE5 – Fiscalizar o exercício profissional de enfermagem.
Objetivo Estratégico: OE6 – Manter a infraestrutura física, administrativa e tecnológica do Conselho Regional.
Objetivo Estratégico: OE7 – Aprimorar a comunicação institucional.
Objetivo Estratégico: OE8 – Ter um ambiente de trabalho integrado, que promova a cultura de resultados e a qualidade de vida no trabalho.
Perspectiva: Administração Pública
Objetivo Estratégico: OE9 – Manter o alinhamento da gestão do Conselho Regional aos princípios da Administração Pública Federal e às instruções e provimentos do Conselho Federal.
Perspectiva: Relações Institucionais
Objetivo Estratégico: OE10 – Ampliar a representatividade da enfermagem nos fóruns sociais relativos à saúde e educação e relacionados à enfermagem.
Objetivo Estratégico: OE11 – Ampliar as relações institucionais de cooperação.
Objetivo Estratégico: OE12 – Ampliar a visibilidade institucional e a confiança dos profissionais de enfermagem e da sociedade.
Objetivo Estratégico: OE13 – Conceder honorarias para homenagear os profissionais da enfermagem que destacaram ou contribuíram de forma significativa para o reconhecimento, o crescimento e a melhoria da enfermagem.
Objetivo Estratégico: OE14 – Acompanhar, articular, propor e apoiar a elaboração e a implementação de políticas públicas de saúde.
Perspectiva: Enfermagem/Sociedade
Objetivo Estratégico: OE15 – Zelar pelo bom conceito da profissão de enfermagem e dos que a exerçam.
Objetivo Estratégico: OE16 – Deliberar, disciplinar e fiscalizar a conduta ética dos profissionais de enfermagem, aplicando as penalidades cabíveis aos infratores do código de ética e dos atos normativos expedidos pelo Conselho



Federal e/ou Conselho Regional.
Objetivo Estratégico: OE17 – Disciplinar e fiscalizar as atividades dos profissionais de enfermagem, utilizando a lei do exercício profissional, do Código de Ética e das normas disciplinares como instrumentos de orientação da prática dos profissionais de enfermagem.
Objetivo Estratégico: OE18 – Defender os interesses coletivos dos profissionais de enfermagem, da sociedade e dos usuários dos serviços de enfermagem.
Perspectiva: Orçamentária
Objetivo Estratégico: OE19 – Ter excelência e transparência na aplicação dos recursos necessários para a execução dos serviços prestados pelo Conselho Regional.
Objetivo Estratégico: OE20 – Promover as medidas administrativas de lançamento e recuperação de créditos.

Dentre as iniciativas estabelecidas pelo Coren-ES, a maior concentração encontra-se no OE8 – **“Ter um ambiente de trabalho integrado, que promova a cultura de resultados e a qualidade de vida no trabalho”**, cerca de 21,15%, e no OE6 – **“Manter a infraestrutura física, administrativa e tecnológica do Conselho Regional”**, com 12,18%.

5.2. Da análise do PPA – Exercício 2021 – 3º Quadrimestre

Descrição	OBJETIVO ESTRATÉGICO – 2019/2021 – 2º Quadrimestre/2021																				TOTAL	%
	Aprendizado e Crescimento			Processos Internos					Administração Pública	Relações Institucionais					Enfermagem/Sociedade				Orçamentária			
	OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6	OE7	OE8	OE9	OE10	OE11	OE12	OE13	OE14	OE15	OE16	OE17	OE18	OE19	OE20		
Iniciativas não iniciadas	0	0	0	0	0	4	0	4	0	0	0	0	0	2	1	0	0	1	0	0	12	7,69%
Iniciativas iniciadas	1	4	3	6	4	8	12	22	2	4	10	2	1	4	7	1	5	8	1	8	113	72,44%
Iniciativas finalizadas	3	4	0	0	0	7	0	5	3	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	2	27	17,31%
Iniciativas canceladas	0	1	1	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	2,56%
Total	4	9	4	6	4	19	12	33	5	4	10	2	1	6	9	1	5	10	2	10	156	100,00%



PERCENTUAIS DAS INICIATIVAS - 2021.3



No exercício de 2021, em seu 3º quadrimestre, o Coren-ES obteve a seguinte performance quanto ao PPA:

a) Iniciativas não inicializadas: no gráfico nota-se que 12 iniciativas previstas não foram inicializadas, o que perfaz um percentual de 7,69% do PPA;

	INICIATIVA ESTRATÉGICA	RESPONSÁVEL
01	Melhorar a estrutura física da copa e banheiros.	-
02	Implantar recepção.	-
03	Contratar funcionário para limpeza.	-
04	Elaborar Plano Estatístico do Conselho Regional.	-
05	Instituir projeto de melhoria da Qualidade de Vida no Trabalho para o Conselho Regional.	-
06	Elaborar e implantar o Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) do Conselho Regional.	-
07	Realizar pesquisa de clima organizacional.	-
08	Implantar Programa de Qualidade e Certificação ISO 9000.	-



09	Utilizar e divulgar os resultados da pesquisa “Perfil da Enfermagem no Brasil” como contribuição para estabelecer novas políticas para a profissão.	-
10	Contribuir com a agenda de atualização das Leis nº 5.905/73, de criação do Sistema Cofen/Conselhos Regionais, e nº 7.498/1986, do exercício profissional, pelo Congresso Nacional.	-
11	Organizar novas atividades sociais para a comunidade de forma a construir uma relação de confiança e reconhecimento da profissão de enfermagem pela sociedade.	-
12	Contribuir com a revisão do código eleitoral visando a democratização do processo.	-

b) Iniciativas inicializadas: observa-se que 113 iniciativas já foram inicializadas e estão em fase de execução, totalizando 72,44% do PPA;

	INICIATIVA ESTRATÉGICA	RESPONSÁVEL
01	Desenvolver nos empregados públicos do Conselho Regional competências de excelência no atendimento aos profissionais de enfermagem e no cumprimento da função pública da autarquia.	Gerência de Planejamento e Gestão
02	Retomar e ampliar o “Projeto Coren em Ação” para oferecer aos profissionais novos cursos de capacitação.	-
03	Desenvolver ações que estimulem a qualificação permanente dos trabalhadores de enfermagem por meio de parcerias com órgãos formadores e entidades sócio-educativas.	Coordenação da Câmara Técnica de Processo Ético e Disciplinar
04	Capacitar os membros das Comissões de Instrução de Processo Ético, para que possam instruir os processos efetivamente, garantindo a todos os princípios constitucionais da ampla defesa, do contraditório e da presunção de inocência.	Coordenação da Câmara Técnica de Processo Ético e Disciplinar
05	Oferecer cursos de aperfeiçoamento aos membros de Comissões de Ética Institucionais, bem como garantir a participação desses nas Comissões de Instrução de Processos Éticos do Regional.	-
06	Contribuir com a Implantação de políticas educativas nas escolas de nível técnico e de graduação em enfermagem sobre a autarquia e os princípios legais da profissão.	Câmara Técnica de Ensino e Pesquisa
07	Buscar parcerias com os órgãos de educação na defesa do ensino de qualidade que envolva a Enfermagem do estado e nacional.	Câmara Técnica de Ensino
08	Debater o processo de qualidade e aprimoramento das competências e habilidades dos profissionais de enfermagem junto ao segmento educacional.	Câmara Técnica de Ensino
09	Atualizar banco de dados dos inscritos no Conselho Regional.	Setor de Registro e Cadastro
10	Expedir a carteira profissional para exercício da profissão.	Setor de Registro e Cadastro
11	Manter o registro das empresas com atividade fim de serviços de	Departamento de



	enfermagem na jurisdição do Conselho Regional.	Fiscalização
12	Manter o registro dos profissionais com exercício na jurisdição do Conselho Regional.	Setor de Registro e Cadastro
13	Implementar a digitalização de prontuários e sua guarda conforme legislação vigente.	Comissão de Digitalização, Arquivo e Desfazimento de Documentos
14	Qualificar os empregados públicos do atendimento/ Registro/ Cadastro para o atendimento integral das atividades do Conselho Regional.	-
15	Ampliar e fortalecer a presença do Conselho Regional nas unidades de saúde por meio da formação das comissões de ética.	Coordenação da Câmara Técnica de Processo Ético e Disciplinar
16	Reorientar o processo de fiscalização do Exercício Profissional pela intensificação de ações do DEFIS.	Departamento de Fiscalização
17	Zelar pela competente fiscalização do exercício profissional.	Departamento de Fiscalização
18	Manter a fiscalização constante nas instituições de saúde, visando a qualidade da assistência.	Departamento de Fiscalização
19	Adquirir novo mobiliário atendendo padrões ergonômicos.	-
20	Manter esforços junto ao Cofen com o objetivo de captar recursos para a construção da sede do Conselho Regional.	Diretoria
21	Redimensionar o quadro de pessoal de todos os setores do Conselho Regional.	Gerência de Planejamento e Gestão
22	Desenvolver novas ferramentas para dar suporte às atividades de Fiscalização do Conselho Regional.	-
23	Modernizar a infraestrutura do parque tecnológico do Conselho Regional.	-
24	Aprimorar a infraestrutura do Conselho Regional para o desenvolvimento dos processos de trabalho.	Gerência de Planejamento e Gestão
25	Mapear os processos de trabalho do Conselho Regional.	Controladoria Interna
26	Implantar serviços de manutenção patrimonial do Conselho Regional.	Setor de Patrimônio
27	Otimizar a comunicação do Conselho Regional com os profissionais de enfermagem e a sociedade.	Setor de Comunicação
28	Informar a enfermagem quanto aos projetos legislativos pautados e relacionados aos interesses da categoria.	Setor de Comunicação
29	Otimizar o site do Conselho Regional para ampliar as relações com os usuários com relação a informações e atendimentos prestados.	Setor de Comunicação
30	Divulgar a missão – visão – valores.	Setor de Comunicação
31	Divulgar as decisões do Conselho Regional junto à categoria.	Setor de Comunicação
32	Criar parceria com instituições de saúde desenvolvendo estratégias de informação para esclarecer o papel do Conselho Regional na defesa dos direitos e dos deveres dos profissionais de enfermagem.	Conselheiros
33	Esclarecer os profissionais sobre as normas éticas e a responsabilidade inerente ao exercício profissional.	Coordenação da Câmara Técnica de Processo Ético e Disciplinar



34	Manter informada a sociedade sobre a profissão e as responsabilidades do profissional de enfermagem.	Setor de Comunicação
35	Publicar e divulgar o Código de Ética de Enfermagem e as demais legislações pertinentes ao exercício profissional.	Setor de Comunicação
36	Divulgar a legislação nas instituições de Saúde, de ensino e na sociedade civil.	-
37	Apresentar relatórios anuais de seus trabalhos.	-
38	Divulgar informações das ações de fiscalização realizadas.	Departamento de Fiscalização
39	Propor readequação da estrutura organizacional do Conselho Regional adaptando-se à realidade atual da entidade.	Gerência de Planejamento e Gestão
40	Realizar o Planejamento Estratégico do Conselho Regional de Enfermagem, pela escuta consciente dos conselheiros e colaboradores.	-
41	Elaborar Planejamento Estratégico Setorial (PES) para as Unidades Administrativas do Conselho Regional para o período de 2019 a 2021.	-
42	Promover a valorização dos empregados públicos, mediante ações que contribuam para sua satisfação, segurança e bem-estar no trabalho.	-
43	Desenvolver o programa de valorização de pessoal.	-
44	Realizar pesquisa de satisfação do cliente.	Ouvidoria
45	Realizar reuniões periódicas com as unidades administrativas, avaliando seus resultados, para uniformizar procedimentos internos, como também comunicar assuntos de interesse institucional.	-
46	Realizar reuniões dentro de cada setor do Conselho Regional.	-
47	Ampliar e fortalecer a interiorização das ações do Conselho Regional.	Diretoria
48	Aplicar as instruções e provimentos do Conselho Regional, observadas as legislações vigentes e as diretrizes gerais do Conselho Federal de Enfermagem.	-
49	Elaborar decisões para disciplinar o exercício profissional de enfermagem no Estado.	-
50	Confeccionar manual de padronização das rotinas administrativas do Conselho Regional.	Controle Interno
51	Melhorar e disseminar Política de Segurança da Informação.	Setor de Tecnologia da Informação
52	Qualificar os empregados públicos para realizar cobrança.	-
53	Elaborar mapa de distribuição dos profissionais de enfermagem com possibilidade de evidenciar: os vazios sanitários, o quantitativo de profissionais por categoria e atividade, a necessidade de pessoal, as fiscalizações realizadas e programadas, entre outras.	Departamento de Fiscalização
54	Socializar os indicadores das atividades desenvolvidas de cada setor.	Gerência de Planejamento e Gestão
55	Otimizar a participação dos Conselheiros nas atividades do Plenário.	-
56	Promover sessão de estudos sobre assuntos atinentes ao Conselho Regional.	Câmeras Técnicas



57	Estabelecer anualmente e avaliar o plano de metas para a fiscalização.	Departamento de Fiscalização
58	Promover a integração dos setores de cobrança, jurídico e fiscalização do Conselho Regional para dar mais eficiência à arrecadação.	-
59	Estabelecer o compartilhamento de informações acerca dos andamentos processuais éticos com os setores internos envolvidos no processo.	Setor de Processo Ético
60	Aprimorar o setor de cobranças empregando recursos materiais e humanos.	-
61	Ampliar as discussões das normativas do Cofen que possuam divergências de entendimento.	-
62	Atender os princípios gerais da Lei de Acesso à Informação do Governo Federal (Lei nº 12.527/2011) no Conselho Regional.	Comissão da LAI
63	Manter a integração com os demais conselhos da área de saúde, por meio do fórum estadual dos trabalhadores da saúde.	Diretoria
64	Participar ativamente de conselhos estadual e municipal de saúde.	Diretoria
65	Dar continuidade e ampliar as ações conjuntas do Sistema Cofen-Conselhos Regionais de Enfermagem com as organizações de enfermagem em defesa do fortalecimento da profissão.	Diretoria
66	Ampliar a representatividade da enfermagem nos fóruns deliberativos.	Diretoria
67	Ampliar as relações institucionais do Conselho Regional com organizações gerenciais das unidades de saúde e sindicatos de saúde.	-
68	Ampliar parceria com outros Conselhos Profissionais de Saúde, na construção de uma agenda de ações em matérias de interesse da área de Saúde.	Diretoria
69	Manter relações e inserir as instituições formadoras nas ações do Conselho Regional.	-
70	Atuar em consultoria para implantação de protocolos clínicos e atos normativos dos profissionais de enfermagem nas organizações públicas e privadas de saúde.	-
71	Celebrar acordos coletivos, convênios, termos de cooperação técnica, onerosos ou não com sindicatos, órgãos ou entidades públicas ou privadas, nacionais e internacionais, bem como com entidades profissionais que atuam no campo da saúde ou que concorram para ela.	Diretoria
72	Valorizar o processo de formação profissional estreitando as relações com as instituições formadoras e de serviços de saúde, participando do fórum das escolas.	Diretoria
73	Desenvolver ações em parceria com outros Conselhos Profissionais e organizações que contemplem profissionais de enfermagem.	Diretoria
74	Desenvolver ações conjuntas com órgãos institucionais: MPE, MPT, SESA e Secretarias Municipais de Saúde.	Diretoria
75	Contribuir para a união das entidades representativas da enfermagem no estado e em nível nacional.	Diretoria
76	Apoiar as associações de classe que desenvolvam ações em defesa e interesse da enfermagem.	Diretoria
77	Zelar pela boa imagem da profissão e dos que a exerçam, cumprindo e	Diretoria



	fazendo cumprir acórdãos, resoluções, decisões, instruções e outros provimentos do Conselho Federal.	
78	Ampliar ações que promovam o reconhecimento e valorização dos profissionais da enfermagem.	Diretoria
79	Conceder honrarias para homenagear os profissionais da enfermagem que se destacaram ou contribuíram de forma significativa para o reconhecimento, crescimento e a melhoria da enfermagem.	Diretoria
80	Defender o livre exercício da profissão de enfermagem e a autonomia técnica dos que a exercem legalmente.	-
81	Manter agenda política com as entidades regionais/nacionais de enfermagem em defesa: do SUS público, universal e equânime conforme CF/1988, da formação e da educação permanente de qualidade para profissionais de enfermagem.	-
82	Atuar com as entidades para a aprovação do Projeto de Lei 2295/00 que versa sobre a regulamentação da jornada de trabalho da Enfermagem em 30 horas/semanais, com a definição da jornada mínima diária e demais projetos de Lei de interesse da enfermagem.	-
83	Participar de lutas organizadas pela categoria, com vistas à aprovação e/ou criação de Leis de interesse da profissão, bem como fortalecer a luta para a aprovação do Projeto de Lei que estabelece o piso salarial da categoria de enfermagem.	-
84	Realizar campanha publicitária resgatando a valorização da categoria.	Setor de Comunicação
85	Exercer as funções de órgão consultivo sobre a legislação e a ética profissional de enfermagem.	-
86	Realizar peças publicitárias que valorizem a qualidade da formação dos profissionais de enfermagem.	Setor de Comunicação
87	Aproximar o Conselho Regional dos profissionais de enfermagem do interior do Estado.	Diretoria
88	Conscientizar os profissionais de enfermagem quanto a sua força e representatividade no cenário nacional, estadual e municipal.	Diretoria
89	Intensificar a luta pelas 30 horas semanais e piso salarial estadual e nacional para os profissionais de enfermagem.	Diretoria
90	Defender as prerrogativas da enfermagem, repelindo toda e qualquer tentativa de desqualificar o trabalho dos profissionais.	Diretoria
91	Decidir os assuntos atinentes à ética profissional aplicando as penalidades e conciliações cabíveis aos profissionais da enfermagem infratores do código de ética e dos atos normativos expedidos pelo Conselho Federal e/ou Regional.	Plenário
92	Fortalecer a implantação e a efetivação, apoiando a criação das Comissões de Ética nas instituições de Saúde.	Coordenação da Câmara Técnica de Processo Ético e Disciplinar
93	Identificar, notificar e encaminhar aos órgãos competentes o subdimensionamento da Enfermagem das unidades de saúde do estado.	Departamento de Fiscalização
94	Fiscalizar o exercício profissional de forma educativa, preventiva e resolutiva.	Departamento de Fiscalização
95	Defender as prerrogativas profissionais e legais da Enfermagem,	-



	ampliando e aprimorando as relações com os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.	
96	Garantir a proteção dos profissionais de Enfermagem diante de campanhas difamatórias que, muitas vezes, são veiculadas pela imprensa.	-
97	Fiscalizar a implantação da SAE - Sistematização da Assistência de Enfermagem nas instituições de Saúde.	
98	Fortalecer o Plenário como Tribunal de Ética e de Defesa dos Cidadãos.	Coordenação da Câmara Técnica de Processo Ético e Disciplinar
99	Defender os interesses coletivos dos profissionais de enfermagem, da sociedade e dos usuários dos serviços de enfermagem.	-
100	Representar em juízo ou fora dele os interesses tutelados pelo Conselho Regional.	Diretoria/Procuradoria Geral
101	Realizar, por meio do Setor de Fiscalização, um diagnóstico nas entidades de saúde e atuar junto ao Ministério Público para a despreciação do trabalho profissional de enfermagem.	Departamento de Fiscalização
102	Promover o conhecimento e a valorização da Lei do exercício Profissional.	-
103	Fazer com que as instituições de saúde contratem e mantenham quantitativo adequado de profissionais.	Departamento de Fiscalização
104	Articular ações intersetoriais e multiprofissionais na defesa dos trabalhadores e das condições de trabalho.	-
105	Promover medidas de transparência referente aos gastos e receitas da autarquia para os profissionais de enfermagem.	Comissão da LAI
106	Manter atualizado o cadastro de Dívida Ativa no Conselho Regional.	Setor de Cobrança
107	Informar os profissionais de enfermagem sobre seus débitos.	Setor de Cobrança
108	Dar continuidade ao REFIS (Programa de Recuperação Fiscal) com o parcelamento da taxa de inscrição e débitos atrasados, bem como a isenção de multas e juros.	-
109	Gerar boletos de pagamentos de anuidade, nada consta e acesso às informações inerentes aos seus dados profissionais em seu prontuário pelo site do Conselho Regional.	-
110	Acompanhar o cumprimento dos pagamentos dos parcelamentos realizados.	Setor de Cobrança
111	Realizar ações éticas e legais em caso de descumprimento do acordo firmado no Conselho Regional.	Coordenação da Câmara Técnica de Processo Ético e Disciplinar
112	Aperfeiçoar os sistemas de cobrança e dívida ativa.	Setor de Cobrança
113	Adotar estratégias de redução do percentual de profissional inadimplentes, com o objetivo de ampliar a oferta de melhores serviços aos profissionais de enfermagem e a sociedade.	-



c) Iniciativas finalizadas: tem-se que 27 iniciativas já foram finalizadas, as quais equivalem a 17,31% do PPA;

	INICIATIVA ESTRATÉGICA	RESPONSÁVEL
01	Promover ações capazes de ampliar a capacitação política e técnica dos fiscais como representantes do Conselho Regional.	-
02	Promover treinamento de gestão de contratos.	Gerência de Planejamento e Gestão
03	Promover maior participação dos funcionários nos eventos do Sistema Cofen-Conselhos Regionais de Enfermagem.	Gerência de Planejamento e Gestão
04	Estimular e viabilizar a participação dos profissionais e apresentação de trabalhos científicos nos Congressos de enfermagem.	
05	Participar de projetos de pesquisa, extensão e campanhas específicas com instituições formadoras e da saúde, e o Cofen, que proporcionem o desenvolvimento profissional e a produção de conhecimento científico da Enfermagem.	-
06	Participar e apoiar a Semana Brasileira de Enfermagem	Diretoria
07	Promover encontros de Responsáveis Técnicos.	
08	Ampliar a assessoria/consultoria jurídica, de modo a atender as demandas dos diversos setores do Coren.	Procuradoria Geral
09	Estruturar o Setor de Gestão de Pessoas.	Gerência de Planejamento e Gestão
10	Implantar Setor de Protocolo e Arquivo Geral.	Gerência de Planejamento e Gestão
11	Adquirir sede própria para o Conselho Regional.	Diretoria
12	Fortalecer o Setor de Processos Éticos no Conselho Regional.	Coordenação da Câmara Técnica de Processo Ético e Disciplinar
13	Melhorar a Internet com e sem fio.	Setor de Tecnologia da Informação
14	Implantar e integrar programas de informatização de gerência de dados na área de contabilidade, gestão de pessoas, folha de pagamento, arquivo, almoxarifado e patrimônio.	-
15	Elaborar o Plano Plurianual (PPA) para o período de 2019 a 2021	-
16	Melhorar a comunicação e integração dos Conselheiros e Diretoria com os empregados públicos do Conselho Regional.	Gerência de Planejamento e Gestão
17	Implantar o processo de emissão de boletos bancários, Certidão de Responsabilidade Técnica, Certidão Negativa e outros documentos, pelo site do Conselho Regional, além de buscar novas modalidades de pagamento das anuidades.	Setor de Tecnologia da Informação
18	Criar Departamento de Compras e licitação.	Gerência de Planejamento e Gestão
19	Atender, no menor tempo possível, as demandas oriundas de e-mails e	Setor de Comunicação



	redes sociais.	
20	Apresentar a prestação de contas do exercício financeiro anterior, ao Conselho Federal e ao TCU, até o dia 28 de fevereiro de cada ano.	Controladoria Geral
21	Encaminhar trimestralmente as prestações de contas pelos balancetes ao Conselho Federal.	Controladoria Geral
22	Atuar com transparência e organização na prestação de contas de todas as ações do Conselho Regional, com demonstrativos fiscais e financeiros e publicar no site do Coren.	Financeiro
23	Eleger sua diretoria executiva para o mandato com duração de três anos.	-
24	Convocar audiência pública para debater com a categoria questões de relevância para a enfermagem.	
25	Elaborar a proposta orçamentária anual e respectivas alterações e submetê-las à aprovação do Conselho Federal.	-
26	Realizar o repasse de um quarto das receitas provenientes de anuidades, multas aplicadas e da taxa de expedição das carteiras profissionais para o Conselho Federal de Enfermagem.	Setor de Tesouraria
27	Realizar notificações conforme estabelecido nas resoluções previstas em lei.	Cobrança

d) Iniciativas canceladas: tem-se que 4 iniciativas foram canceladas, as quais equivalem a 2,56% do PPA;

	INICIATIVA ESTRATÉGICA	RESPONSÁVEL
01	Captar recursos para aumentar a oferta de cursos de capacitação no auditório do Conselho Regional.	
02	Manter o Projeto “Anjos da Enfermagem” no estado.	-
03	Aprimorar o projeto “COREN MÓVEL”, voltado para o atendimento dos profissionais não atendidos pelo Coren e o fortalecimento do trabalho de fiscalização do órgão.	
04	Ampliar a cobertura e número de visitas do Coren Móvel, favorecendo assim o acesso dos profissionais aos serviços oferecidos pelo Conselho Regional.	

6. CONCLUSÃO

A análise levantada neste relatório leva em consideração as metas declaradas no Plano Plurianual (PPA) 2019-2021 do Coren-ES, sem que tenha sido feito acompanhamento orçamentário do plano. Com isso, fica difícil de distinguir as iniciativas que dependem exclusivamente do orçamento e as que se materializam sem o uso direto de recursos financeiros previstos em ações específicas.



No terceiro quadrimestre do exercício de 2021 não foi possível obter informação sobre a continuidade para atualização do PPA. Porém, frisa-se que um PPA atualizado é importante, pois serve como instrumento de gestão e avaliação estratégica, uma vez que agrega os objetivos por temas de políticas da Autarquia distribuídos em seis perspectivas. Essas perspectivas dão um tratamento mais amplo às políticas, visando atender às transversalidades e multissetorialidade, estabelecendo, assim, iniciativas dos departamentos, setores e da Gestão.

O monitoramento e avaliação das perspectivas, às quais estão relacionadas aos objetivos com os respectivos órgãos responsáveis e as iniciativas serão sempre observados, atendendo à Resolução Federal.

O PPA e o Orçamento (LOA) estão vinculados e se dão por meio das iniciativas. Mas, para que se garanta a transparência dos gastos, é fundamental que estes elementos de integração estejam de fato correspondentes e demonstrados com arranjos de fácil entendimento e correlação.

As reflexões feitas nas seções anteriores deste relatório serviram de base para analisar a elaboração e execução do Planejamento Estratégico do Coren-ES via utilização de um Planejamento Plurianual. As seções mostraram o projeto na tentativa de tornar mais eficiente a gestão frente às demandas internas e à sociedade, porém, precisa de atualização para que seja definida a metodologia e o prazo para execução do plano de gestão atual.

É fundamental que o plano seja efetivamente aplicado, de modo a evitar que o instrumento caia em desuso e a ação da Autarquia se perca.

O PPA surge então, como um meio oportuno na busca pela excelência do planejamento governamental visando auxiliar na organização e execução das ações, além de facilitar o acompanhamento pela classe da enfermagem e a sociedade de forma geral.



Pode-se considerar que algumas inferências POSITIVAS obtidas com a análise do PPA 2019-2021, mais especificamente no terceiro quadrimestre do exercício de 2021, pois 72,44% das iniciativas foram inicializadas e 17,31% finalizadas, totalizando 89,75% de execução.

Algumas inferências NEGATIVAS mais gerais também foram obtidas com a análise do PPA 2019-2021, uma vez que 7,69% das iniciativas não foram inicializadas e 2,56% foram canceladas. No entanto, cabe considerar o momento vivido devido à Pandemia do Covid-19. Alguns planejamentos não puderam ser iniciados devido às regras de segurança impostas. O planejamento rápido de ações para adequação à pandemia deslocou esforços e limitou o andamento de atividades, principalmente devido a instrução de distanciamento social.

Importante considerar também que a maioria das iniciativas inicializadas trata-se de atividades a serem executadas continuamente, não sendo portanto consideradas como “finalizadas”.

Duas das iniciativas foram canceladas devido ao fato de a estrutura do Coren-ES não comportar atualmente um auditório estruturado para realização de atividades, o que inviabiliza a iniciativa. Outras duas iniciativas foram tratadas como canceladas por envolver as vans do Coren-ES pois em seus estados atuais, não podem ser usadas em ações, tendo inclusive autorização do Cofen para leilão.

Ressalta-se ainda a importância de um PPA condizente com os planos da Gestão e atrelado ao orçamento anual, onde devem ser estabelecidas ações, metas e prazo para execução/conclusão, no intuito de proporcionar transparência à classe de enfermagem e à sociedade, além de servir de ferramenta para avaliação da gestão e organização das ações do Conselho.



Coren^{ES}
Conselho Regional de Enfermagem do Espírito Santo

Filiado ao Conselho Internacional de Enfermagem – Genebra

21

Por fim, finalizamos aqui o acompanhamento do PPA 2019-2021. Entendemos que foi buscado atingir ao máximo as iniciativas planejadas, principalmente se considerarmos o momento vivido pela Pandemia da Covid-19 e suas limitações. Daremos continuidade às iniciativas através do PPA-2022-2024.

É o relatório.

Vitória, 31 de janeiro de 2022.

ELIANE APARECIDA POLI

Controladora Geral

Portaria Coren-ES nº 218/2021